



Ribeiro de Moinhos (Felgar e Souto da Velha). Contributo para a memória de uma realidade desaparecida

André Rolo¹
Sara Oliveira²

Resumo: Submerso na maior parte do seu curso pela albufeira do Empreendimento Hidroeléctrico do Baixo Sabor³, o Ribeiro de Moinhos constituiu um dos mais importantes pólos moageiros de Trás-os-Montes Oriental. O quotidiano neste ribeiro era de tal modo vivo, em grande parte devido à existência de cerca de 40 engenhos hidráulicos para moagem e pisoagem têxtil, que para seu correcto funcionamento era necessária uma gestão colectiva do recurso hídrico humanizando aquela paisagem.

Contextualização Geográfica e Histórica

O Ribeiro de Moinhos, nascido na freguesia do Souto da Velha, é um afluente do rio Sabor na sua margem esquerda, desembocando praticamente de frente para as antigas fazendas de (S)/Cilhades já na freguesia do Felgar.

Este recebe as águas de diversas nascentes e regatos que permitem uma variação mínima de caudal ao longo do ano. Nas Memórias Economicas de 1791, na descrição que António Carvalho de Sá faz acerca do Souto da Velha, é referido que naquele termo “Ha bastantes aguas e mais fontes entre as quaes são celebres trez nascentes (...) as quaes se juntaõ (...) e formaõ hum regato” (SÁ 1791, p. 278).

1. Arqueólogo (FLUP) e Fotógrafo (IPF-Porto). Foi Arqueólogo Responsável na Equipa de Património Edificado e Etnográfico do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo-Sabor. Colaborou na elaboração da “Rota do Carril Mourisco”, no Nordeste Transmontano, para a DRCN, exercendo actualmente a actividade de Fotógrafo colaborador da agência de fotografia Global Imagens.
Email: andrerolo@gmail.com

2. Arqueóloga (FLUP). Licenciada pela Universidade do Porto em 2008, exerceu brevemente funções no Solar Condes de Resende em Canelas, Vila Nova de Gaia. Integrou a partir de 2009 a Equipa de Património Edificado e Etnográfico do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo-Sabor como Arqueóloga Responsável. Colaborou ainda na elaboração da “Rota do Carril Mourisco”, no Nordeste Transmontano, para a DRCN. É actualmente docente na Universidade Douro Cultura da Foz.
Email: sara.vc.oliveira@gmail.com

3. O AHBS – Empreitada Geral de Construção do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor foi construído entre 2008 e 2015 pelo ACE – Odebrecht - Bento Pedroso Construções S.A e Lena Engenharia e Construções S.A.. O empreendimento submergiu parcialmente território correspondente aos concelhos de Torre de Moncorvo, Alfândega da Fé, Mogadouro e Macedo de Cavaleiros.



Fig. 1 Implantação no território nacional e localização no Vale do Sabor. (autoria João Monteiro)

De água corrente sempre fresca e constante, o Ribeiro dos Moinhos parece ser uma linha de água sem igual na região, celebrado nas aldeias e concelhos adjacentes, nos quais os seus habitantes afirmam que, nunca no seu tempo de vida ou dos seus pais, se viu aquele ribeiro secar.

Este facto, como iremos compreender, tornaria a produção dos engenhos moageiros existentes extremamente activa, anulando a concorrência dos moinhos na envolvente, contribuindo assim para a riqueza das duas freguesias, e especialmente do Felgar, “o melhor e mais rico lugar do termo” (SÁ 1791, p. 278).

Estas duas freguesias de Torre de Moncorvo, apesar de não se encontrarem ligadas àquele concelho desde o seu primeiro aforamento, acabaram igualmente por contribuir para a sua riqueza e prosperidade.

O Felgar, integrado inicialmente no termo de Mós (ABREU, 1998), foi transferido para o jugo de Torre de Moncorvo em 1309, após uma contenda mediada por D. Dinis entre aquele concelho e o de Mós⁴. Já o Souto da Velha, apenas seria integrado em Moncorvo quase no último quartel do mesmo século, pertencendo até então ao termo de Ansiães (ALVES 2000, Tomo IV).

Ambas as freguesias estão localizadas junto às minas de ferro do Cabeço da Mua, que teve uma exploração e laboração do minério desde épocas muito recuadas, cujas actividades foram bem documentadas a partir do reinado de D. Duarte, quando este concedeu privilégios aos moradores do Felgar “que se empregassem nas minas e fundissem ferro” (cit. por RODRIGUES e RODRIGUES 2006, p. 60.), explorando e enviando o minério para todo o reino (ABREU, 1998).

Os seus solos barrentos também permitiram o incremento do fabrico cerâmico, tornando-se o Felgar em meados do séc. XVIII num importante centro artesanal oleiro (REBANDA e RODRIGUES, 1996).

4. No último desses documentos, fica então delimitado o novo termo de Moncorvo, integrando a área que era ou ainda viria a ser o Felgar: “pela anta amprão pelo ribeiro que vai a soo vale dos ferreiros como vai per par queda (?) dona dessy aas arcas do Mondego e dessi volvente pelago do cirquo como se vai firir ao seixo da gouhiem (?) sabor e ave lo a Torre de Meem Corvo pelas ditas divisoes contra si per si e aver Mos contra si per si pelas ditas divisões” CARQUEJA 2007, p. 92-93, Doc.2-3.

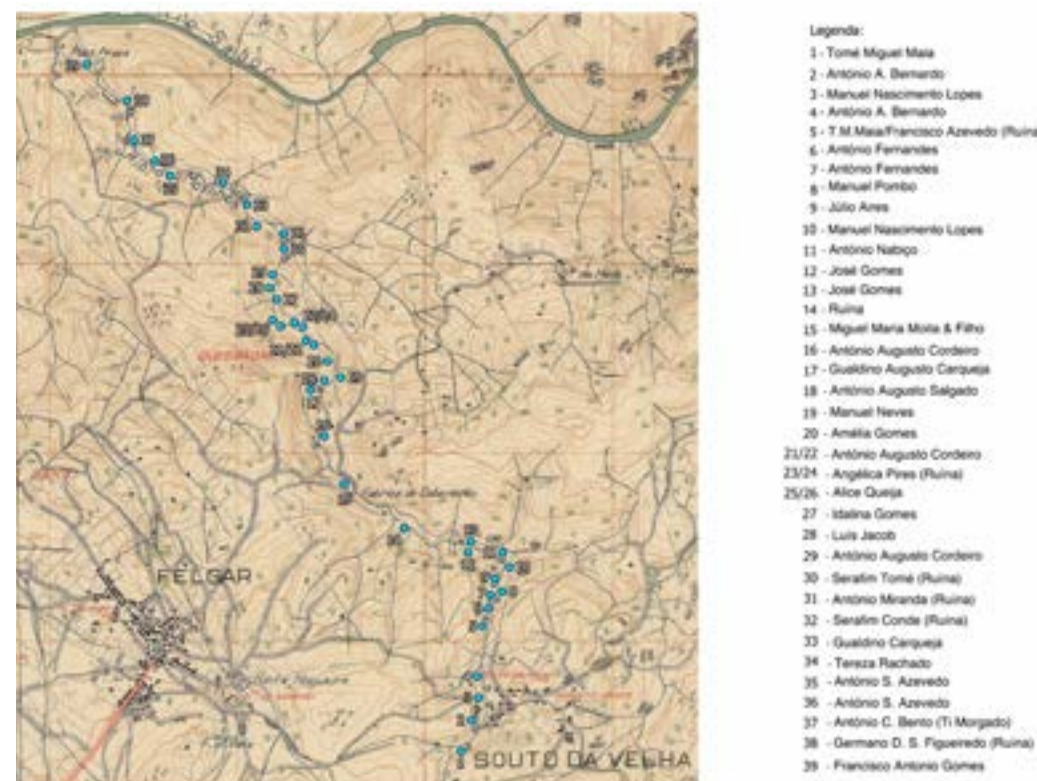


Fig. 2 Implantação das moagens identificadas no Ribeiro de Moinhos a partir do Cadastro de Moagens, Matrizes Prediais e Inquiridos Oraís sobre a C.M.P. de 1948

Mas a par da exploração do ferro e do barro nenhuma outra actividade se demonstrou tão importante como aquelas que se relacionaram com a água. Ambas as freguesias têm uma forte ligação com o rio, e o Felgar chega mesmo a estender o seu termo à margem direita do Rio Sabor. Com as suas fazendas além rio, onde Cilhades predominava com a sua riqueza, ela é mencionada em 1721 nas Memórias de Torre de Moncorvo à Academia de História pela abundância “do pam, azeite, amendoa e otras graduras para cuja agricultura tem neste citio mais de 20 cazas onde se recolhem no tempo da agricultura (...)”⁵.

E para além das terras junto do rio Sabor, foi também documentado na mesma obra, a importância do Ribeiro dos Moinhos para a população do Felgar: “do sobredito monte (Cabeço da Mua) say abundantíssima agoa que caminhando parte della para o rio Sabor em distancia de poco mais de meya legoa tem mais de 20 moendas de pam, e coatro pizons de panos (...)”⁶. Já o Souto da Velha é também beneficiado pelo mesmo ribeiro, aproveitando-se “das agoas

5. Excerto das Memórias de Torre de Moncorvo à Academia de História de 1721 in ABREU 1998, p. 156.

6. Idem.



Fig. 3 Levantamento topográfico do Moinho do Gualdino Carqueja (nº 33), onde se pode verificar a estrutura de moagem em harmonia com os socalcos murados que serviriam para o cultivo de subsistência

que lança o dito monte assim para a regua dos campos, como para moendas do pam hé munto cheyo (...)”⁷.

No final daquele século, desta vez na Descrição Economica de Torre de Moncorvo, por António Carvalho de Sá, este refere no termo do Felgar a existência de “(...) mais de trinta moinhos, que mohiaõ o pão para toda esta redondeza (...)”. Estes engenhos, segundo ele, foram destruídos a 17 de Julho de 1784 por uma grande trovoada, juntamente com “trez pizões” (SÁ 1791, p. 278). O número total de estruturas hidráulicas no último século não foi assim muito distante do que é referido nas Memórias de Torre de Moncorvo.

Baseando-nos nos dados documentais recolhidos no Cadastro de Moagens de Rama e Matrizes Prediais, bem como nos testemunhos orais contemporâneos, podemos apontar para a existência de cerca de 40 estruturas hidráulicas de moagem e pisoagem têxtil já em pleno século XX, atestando a importância e crescimento produtivo em torno do Ribeiro de Moinhos.

7. Idem.

O Ribeiro de Moinhos como Importante Pólo Moageiro Transmontano

Beneficiado pelas inúmeras linhas de água que nele afluem, o Ribeiro de Moinhos, com o seu curso estreito e em muitas porções com declive acentuado, propiciou a implantação de estruturas hidráulicas, na sua maior parte moinhos de cubo de granito ou canal de madeira, movidos por rodizio horizontal, para a moagem de trigo e centeio (Fig.4).

Num universo que ultrapassa as três dezenas de moagens em todo o ribeiro, e de acordo com os vários testemunhos recolhidos, não podemos reeçar em afirmar que esta linha de água era, como o seu nome indica, um grande e importante centro moageiro das freguesias circundantes, cujo impacto se estendia a outras vilas, aldeias e lugares, como Moncorvo, Larinho, Eucisia, Cardanha, Adeganha, Póvoa, Cerejais, etc..

Uma das principais razões que levou a que este ribeiro fornecesse tantos e tão distantes lugares deve-se principalmente ao seu caudal, que permitia, salvo raras excepções, uma continuidade dos labores moageiros quer de Inverno como de Verão.

Tentaremos sistematizar todos os dados recolhidos para uma análise mais aprofundada do que realmente compreendia este pólo moageiro, incidindo particularmente entre as décadas de 30 a 50 do séc. XX, que se revelaram mais proveitosas e facilmente corroboráveis mediante os testemunhos orais.

A análise dos dados recolhidos no âmbito do estudo levado a cabo durante a execução do empreendimento hidroeléctrico citado,



Fig. 4 Interior do inferno ou cabouco do moinho do Ti Morgado (nº 37), ainda com o rodizio horizontal e cubo de madeira



Fig. 5 O Moinho do Ti Morgado (nº37) visto desde o leito do ribeiro com o seu inferno, funcionou até à década de 80 do séc. XX

para além dos trabalhos de campo, incidiu principalmente em fontes documentais, cartográficas e orais que pudemos utilizar para tentar quantificar os engenhos hidráulicos existentes no Ribeiro de Moinhos (Fig.2 – autoria Sara Oliveira).

Estas fontes, devido ao facto de terem sido produzidas com objectivos distintos, apresentam resultados igualmente diversos. O Cadastro das Moagens de Rama e as Matrizes Prediais Rústicas e Urbanas compreendem uma época muito específica, referente à década de 40. Na comparação entre ambas foi possível concluir que o Cadastro é a fonte mais completa, tendo 40 engenhos cadastrados, 29 dos quais em 1940 (Felgar – 17; Souto – 12) e 10 em 1944 (Felgar – 7; Souto – 3). Surge ainda em 1942 o registo de uma estrutura industrial denominada Fábrica de Cobertores, que utilizava igualmente a força motriz da água.

Outras fontes relevantes, para a quantificação e caracterização deste pólo, é a Carta Militar de Portugal de 1948 e a memória oral recolhida, que a população local ainda possui acerca desse tempo passado.

Quanto à Carta Militar, e em comparação com as restantes fontes, esta demonstra-se bastante incompleta, uma vez que sabemos que existiriam nessa altura mais moagens em funcionamento do que aquelas que são identificadas.

Modelos de Propriedade dos Moinhos, Exploração e Capacidade de Produção

Com a sua origem no Souto da Velha, o Ribeiro de Moinhos recebe, como já mencionado, as águas de várias linhas hídricas sazonais e outras nascentes de carácter permanente.

Desde a primeira aldeia até à foz já no rio Sabor, o ribeiro tem cerca de 40 moinhos identificados que, nas décadas de 30 a 50 do séc. XX, ainda demonstravam algum do seu esplendor produtivo.

Esta linha de água foi um recurso essencial aos habitantes das aldeias do Souto e Felgar, pois em séculos propiciou trabalho e rendimento a muitas famílias que trabalhavam nos moinhos, terras e demais actividades dependentes daquele ribeiro.

Apesar da dificuldade na confrontação dos dados recolhidos, foi-nos possível determinar com relativa precisão os proprietários de quase todos os engenhos hidráulicos, entre os finais da década de 30 até à década de 50, período anterior ao gradual abandono que o ribeiro foi sofrendo, e por conseguinte determinar dois modelos de propriedade e exploração para as freguesias em estudo.

O primeiro modelo, de arrendamento, diz respeito à exploração dos moinhos e do respectivo prédio rústico por ricos proprietários que os arrendavam a troco de uma renda anual paga em cereais e outros géneros. Este padrão de exploração remete para cerca de 65 % das estruturas identificadas.

Entre as freguesias, este primeiro modelo de exploração corresponde a um universo de 50% no Souto da Velha e, mais de metade do total de engenhos, na freguesia do Felgar, com 75 %. No caso da primeira freguesia, três dos quatro proprietários detêm mais do que um moinho, como é

o caso de António Bernardo (nº 2 e 4), António Fernandes (nº 6 e 7) e José Gomes “Gangarena” (nº 12 e 13), cada um com dois prédios. Já no Felgar, com a totalidade de dezanove proprietários, apenas cinco possuíam mais do que um moinho: Galdino Carqueja (nº17 e 33), Angélica Pires (nº23 e 24), Alice Queija (nº 25 e 26) e António Azevedo (nº 35 e 36). Podemos contar igualmente com Idalina e Amélia Gomes, mãe e filha, cada uma proprietária de um moinho nesta freguesia (nº 20 e 27).

O segundo modelo de exploração identificado, é o de moleiros proprietários, que trabalhavam nos seus moinhos a par da família. Deste modo, para a freguesia do Souto contamos com cinco moagens que se inserem neste padrão (40% Modelo 2), duas em nome de Manuel Nascimento Lopes (nº 3 e 10), de alcunha Palheiras, outros dois moinhos em nome de Tomé Miguel Maia (nº 1 e 5), um deles registado como abandonado no Cadastro de Moagens e, por último, o de Manuel Pombo (nº 8).

No que diz respeito ao Felgar, a discrepância entre o Modelo 1 e Modelo 2 é imensa, contando estes últimos com apenas seis moinhos (25% Modelo 2), dos quais quatro pertenciam a António Cordeiro (nº 16, 21, 22 e 29), de alcunha Coradinho, um a Luís Jacob (nº 28), o Mouro, e um outro a António da Conceição Bento, Ti Morgado (nº 37), (Fig. 5 – autoria André Rolo).

A família que mais se destaca, no que diz respeito aos moleiros e proprietários, é de facto a família Cordeiro ou Coradinho que possuíam moinhos neste ribeiro, no Ribeiro do Xedal e das Relvas, na Cardanha, e chegou-lhes mesmo a pertencer a Azenha do Poço da Barca, mais conhecida por Azenha da Dona Raquel ou Azenha de Cilhades.

Compreendendo então esta diferença entre moleiros proprietários e arrendatários, podemos analisar os dados recolhidos relativamente aos rendimentos destes, partindo da capacidade de produção de cada moinho tendo em conta um conjunto de variáveis entre as quais destacamos:

- Localização no curso de água (pois os moinhos do Felgar recebem mais água do que aqueles que se encontram no Souto da Velha);
- Nº mós;
- Presença de cubo de granito ou calha de madeira;
- Paragens diárias para colocar cereal e picar as mós;
- Cereal moído (trigo, centeio, cevada ou milho);
- No Verão, a paragem obrigatória devido às Horas de Rega implementadas comunitariamente;
- Outras condicionantes externas: escassez de cereal, racionamento etc.

Segundo dois antigos moleiros, um de cada aldeia, a contagem do cereal moído era sempre feita por quatro alqueires⁸, que correspondiam sensivelmente a um saco de linho de 40 kg de farinha, dos quais retiravam 1 kg por alqueire, ou seja, 4 kg de maquia por cada saco.

8. Nas freguesias em estudo o alqueire corresponde a 10 kg e a maquia retirada era 1L por cada um, ou seja 1 kg por cada alqueire.

Por dia, cada moleiro moía o que tinha trazido dos seus clientes, podendo moer até cerca de 200 kg por dia, o equivalente a 40 alqueires.

Assim, fazendo uma estimativa a partir dos dois testemunhos, cujas informações são similares, a produção de 200 Kg (40 alqueires) de farinha teria lugar num período de cerca de 10 horas. Não seria possível fazer uma estimativa acerca da produção mensal pois correríamos o risco de extrapolar em demasia a contagem, precisamente quando consideramos as condicionantes acima transcritas.

Salientamos que no Verão, ao contrário do que acontecia noutras linhas de água secundárias, o Ribeiro de Moinhos nunca secou, pelo menos desde que há memória dos habitantes daquelas aldeias. Os mesmos reiteram que os moinhos nem no Verão paravam, apenas aquando das Horas de Rega, em período nocturno, a partir da meia-noite, de sexta a segunda-feira. Importa ainda referir que pela documentação do fundo da AHR-Norte, sabemos que no ribeiro eram construídos vários açudes exclusivamente para rega, barragens temporárias de terra, bem como canais e caleiras de desvio de águas.

As tempestades de Verão e de Inverno eram, de facto, os únicos acontecimentos que poderiam fazer parar os labores moageiros durante dias, como o que é relatado no Verão de 1784, e no Outono de 1963. Pela mesma documentação acima referida, existem três pedidos para reconstrução de açudes nos quais se refere que a causa da sua destruição foi a tempestade de 1963⁹.

Dado às Invernadas, cheias de grande caudal, podemos verificar a partir dos registos de actividade económica, já referidos, que o período de licenciamento no Ribeiro de Moinhos abrangia maioritariamente 10 meses, terminando em Dezembro.

Deste modo, e com alguma prudência, podemos afirmar que durante um bom curso de água, os moleiros usufruíam de uma boa produção. No Verão, quando a água era mais escassa, a produção descia para metade mas não se tornava inexistente.

Teremos de ter igualmente em conta que o fornecimento hídrico de cada moinho estaria minimamente dependente daquele que o antecede. Tal deve-se ao princípio de que os moinhos deveriam devolver a água ao ribeiro de forma a alimentar as moagens a jusante.

Para a subsistência da sua família, o moleiro podia então contar com as maquias retiradas e ainda com a produção hortícola que sempre se fazia nas olgas destes moinhos, mesmo que os prédios fossem arrendados ou sua propriedade (Fig.3 – autoria Tiago Póvoas, Hélder Semeão, Duarte Bessa e José Rodrigues).

⁹ Açude de Gualdino Carqueja – Biblioteca Municipal de Vila Real, Fundo da Administração Regional Hidrográfica do Norte, Direcção Hidráulica do Douro, 5ª Secção, Ano de 1964, Pasta de Processos 101-164, Processo nº 139 [Fundo não tratado arquivisticamente]; Açude de Benjamim Augusto Almeida – Biblioteca Municipal de Vila Real, Fundo da Administração Regional Hidrográfica do Norte, Direcção Hidráulica do Douro, 5ª Secção, Ano de 1965, Pasta de Processos 1-100, Processo nº 73 [Fundo não tratado arquivisticamente]; Serafim Augusto Conde – Biblioteca Municipal de Vila Real, Fundo da Administração Regional Hidrográfica do Norte, Direcção Hidráulica do Douro, 5ª Secção, Ano de 1965, Pasta de Processos 101-199, Processo nº 178 [Fundo não tratado arquivisticamente].

Se a exploração do moinho era feita segundo o modelo de arrendamento, a renda era paga usualmente em cereal, dependendo do acordado entre ambas as partes. O valor mensal mais comum era 4 alqueires, ou seja, 48 alqueires anuais, fosse boa ou não a produção do moinho nesse ano.

Os moleiros arrendatários, apesar de estarem dependentes do pagamento de uma renda considerável mesmo em anos maus, eram vistos pela restante população como “remediados”, vivendo muito melhor que muitos habitantes destas aldeias.

Deste modo, excluindo as Matrizes Prediais por não apresentarem o registo de todos os moinhos, e partindo apenas dos testemunhos orais recolhidos, concluímos que a estimativa dos rendimentos de cada moleiro está sujeita a inúmeras condicionantes que não nos permitem ir mais além do que foi já mencionado (Fig. 6 – autoria André Rolo).

O Quotidiano do Ribeiro no Souto e no Felgar

O quotidiano nas aldeias do Souto da Velha e do Felgar era muitíssimo influenciado pela grande actividade do ribeiro, devido ao grande número de pessoas a operar nos engenhos hidráulicos daquela linha de água.

À parte da vida laboral da Fábrica de Cobertores, o Ribeiro de Moinhos era visto como uma povoação, sendo a sua melhor descrição a seguinte: “Era vivo, era uma aldeia, todos separados, cada um no seu moinhinho e depois vinham ao povo com os burros, carregavam os sacos de grão e depois traziam a farinha e cobravam um tanto por alqueire”, refere um felgarense.

De facto, os moleiros faziam um longo percurso desde o seu moinho até às várias freguesias em que tinham clientela, para recolher o cereal ou levar a farinha. A julgar pelo grande número de moinhos a laborar naquela época, e também pelo testemunho de habitantes das várias freguesias envolventes, a produção moageira deste ribeiro estendia-se desde a margem esquerda à direita do Rio Sabor, chegando tão longe como a Cerejais ou Eucísia (Alfândega da Fé).

A clientela seria relativamente fixa, existindo um sentido ético entre os moleiros no que a isso diz respeito, não obstante algumas quezílias pontuais entre eles quando um freguês optava por um moleiro em detrimento de outro.

Como já demonstramos a partir do mapa de localização dos moinhos do ribeiro, existem muitos mais moinhos no Felgar do que no Souto da Velha, encontrando-se estes últimos praticamente no centro da povoação, o que iria ditar um diferente quotidiano entre as aldeias.

Assim, os moleiros do Felgar, pela distância a que estavam da sua aldeia, moravam com a sua família nos casebres associados aos moinhos ou até mesmo no interior daqueles edifícios, ao contrário dos do Souto da Velha (Fig. 7 e 8 – autoria André Rolo). Segundo um dos moleiros do Felgar entrevistados, a casa que estes possuíam na aldeia “era só para as festas”, como por exemplo o Natal ou a festa local em honra a Santa Bárbara.



Fig. 6 Interior do Moinho das Teixeirainhas (nº34). Com o seu piso elevado e lajeado, é visível que apenas um par de mós seria operacional



Fig. 7 Utensílios quotidianos encontrados no interior do Moinho de Gualdino Carqueja (nº33)



Fig. 8 Utensílios quotidianos encontrados no interior do Moinho de Gualdino Carqueja (nº33). Para além das antigas latas de conserva, são visíveis ainda ferraduras, foices, ratoeiras, garfos etc.

O núcleo familiar ajudava na lide diária, na recolha e distribuição, moagem e manutenção do moinho. Quando um membro da família se ausentava, outro o substituía, evitando a paragem da moagem. Outras tarefas ligadas ao prédio rústico eram também suportadas pela família, como o cultivo, rega etc (Fig. 8 – autoria André Rolo).

Os membros mais novos estariam ausentes destes labores a maior parte do dia, ocupados pela obrigação escolar que os fazia deslocar diariamente a pé desde o ribeiro até à aldeia.

Quando o povo do ribeiro chegava até à aldeia, esta enchia-se de vida: “ (...) esses garotos que vinham a passar o dia cá vinham com certeza a pé! E depois iam à escola, e passavam por ali e ouvia-se os cães a ladrar as pessoas a falar, era muito engraçado aquilo...”.

Em relação a estas crianças, surgiram ainda indícios da generosidade e capacidade de organização da população felgarenses, quando nos informaram que em tempos todos juntavam algum dinheiro na paróquia para que estes meninos se alimentassem quando iam à escola.

Quanto aos moleiros do Souto da Velha, o dia-a-dia era um pouco mais facilitado pelo facto de os seus moinhos se localizarem junto à aldeia, estando os últimos a cerca de 20 minutos de distância do povo, não necessitando por isso habitarem nos moinhos.

Conclusão

Após um longo e difícil registo, compreendemos que o Ribeiro de Moinhos não pode apenas ser contemplado a partir das ruínas que foram submersas pelo empreendimento



Fig. 9 Ruína do Moinho de António Azevedo (nº36) com as respectivas olgas de cultivo

hidroeléctrico do AHBS, mas sim como um todo, desde o seu primeiro moinho, no lugar do Meiral no Souto da Velha, até à última ruína há muito esquecida, na foz do ribeiro no Rio Sabor. À realidade material devemos acrescentar a importância das memórias ali produzidas. Só assim é possível obter-se um retrato completo do que foram as vivências e realidades das pessoas que habitaram este território e o transformaram. Para tal foram preciosas as informações obtidas através de inquéritos orais sistemáticos às populações locais que possuíam ainda memória dos sistemas moageiros em causa e do seu funcionamento, bem como do dia-a-dia das famílias que ali laboravam e dedicaram as suas vidas. Não sendo exemplo único no território transmontano, o Ribeiro de Moinhos e a sua exploração moageira, evidenciam-se também pela organização comunitária que os diversos intervenientes das actividades lá exercidas levavam a cabo. Só desta forma foi possível manter uma boa convivência entre todos, bem como o bom funcionamento e integração das suas formas de sustento.

Embora este texto apenas nos permita caracterizar sucintamente a realidade ali vivida não podemos deixar de salientar a grande quantidade de informação recolhida nos arquivos acima citados, pese em todo o caso a dispersão dos mesmos por Mirandela, Vila Real e Porto, e ainda pela organização inexistente dos mesmos.

Por último gostaríamos de agradecer a Ana Rita Trindade, Patrícia Costa, Tânia Amaral, Lois Ladra, Célia Gomes, Valdemar Pinho, José Rodrigues, Duarte Bessa, Ana Rita Ferreira, João Monteiro e Paulo Dordio Gomes, pois sem eles a elaboração do registo material e imaterial do Ribeiro de Moinhos não teria sido possível.

Bibliografia

ABREU, Carlos d' – Torre de Moncorvo, Percursos e Materialidades Medievais e Modernos. FLUP, Porto, 1994-1998.

ALVES, F. M. – Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança. 10 Volumes. Bragança, 2000.

CAPELA, José Viriato et al. – As Freguesias do Distrito de Bragança nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, Histórias e Património. Universidade do Minho, Braga.2007.

FERNANDES, Ilda – Torre de Moncorvo: Município Tradicional. Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, 2001.

REBANDA, Nelson e RODRIGUES, Miguel – Centros Oleiros do Distrito de Bragança - Olarias de Felgar e Larinho (Moncorvo). In Separata das “Actas das 1ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós Medieval. Edição do Museu do Ferro e da Região de Moncorvo. 1996

RODRIGUES Maria Assunção Carqueja e RODRIGUES, Adriano Vasco – Felgar. História, Indústrias Artesanais, Património. Edição dos Autores, 2006.

SÁ, José António – Descrição económica da Torre de Moncorvo. In Memórias Económicas da Academia Real das Ciências, T. III, Lisboa. 1791.

Fontes Arquivísticas

Arquivo Histórico De Torre De Moncorvo (AHTM)

Câmara Municipal, Serviço Militar, Recenseamento Militar, Registo de Moleiros, 1869-1990

Câmara Municipal, Eleições, Registo de Recenseamento Eleitoral, Registo de Moleiros, 1842-1950.

Arquivo Municipal De Torre De Moncorvo (AMTM)

Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, Taxas e Licenças, Licença de Estabelecimento Comerciais e Industriais, Registo de Licença de Porta Aberta, Registo de Moinhos, 1921 a 1934.

Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, Taxas e Licenças, Licença de Estabelecimento Comerciais e Industriais, Registo de Licença Comércio e Indústria, Registo de Moinhos, 1938-1945. Arquivo Da Administração Da Região Hidrográfica Do Norte

Arquivo da ARH-Norte, Direcção Hidráulica do Douro, Correspondência recebida, Cadastro das Moagens de Rama, Concelho de Torre de Moncorvo, Freguesia do Felgar e do Souto da Velha.

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE VILA REAL

Fundo da Administração Regional Hidrográfica do Norte, Direcção Hidráulica do Douro, 5ª Secção, Ano de 1965, Pasta de Processos 101-199, Processo nº 117 [Fundo não tratado arquivisticamente].

Fundo da Administração Regional Hidrográfica do Norte, Direcção Hidráulica do Douro, 5ª Secção, Ano de 1964, Pasta de Processos 101-164, Processo nº 139 [Fundo não tratado arquivisticamente].

Biblioteca Municipal de Vila Real, Fundo da Administração Regional Hidrográfica do Norte, Direcção Hidráulica do Douro, 5ª Secção, Ano de 1965, Pasta de Processos 1-100, Processo nº 73 [Fundo não tratado arquivisticamente].

Fundo da Administração Regional Hidrográfica do Norte, Direcção Hidráulica do Douro, 5ª Secção, Ano de 1965, Pasta de Processos 101-199, Processo nº 178 [Fundo não tratado arquivisticamente].

JUNTA DE FREGUESIA DO FELGAR

Livros de Actas (1786-2002).

REPARTIÇÃO DE FINANÇAS DE TORRE DE MONCORVO

Livros de Registo da Matriz Predial Rústica.

Matriz predial Rústica do Felgar 1398; 1971-1990.

Matriz Predial Rustica de Souto da Velha, 1398, 1971-1990.

Livros de Registo da Matriz Predial Urbana.

Matriz predial Urbana do Felgar 1398, 1971-1990.

Matriz Predial Urbana de Souto da Velha, 1398, 1971-1990.

IGREJA PAROQUIAL DO FELGAR

Livros de Registos Paroquiais do Felgar

Livro de Registo de Baptizados 1940 a 1945.

Rol de Confessados (Status Animarium) 1940-1945.